

MARX E A SUPERAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA DENTRO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A ATUALIDADE DO SOCIALISMO EM TEMPO DE CRISE¹

MARX AND THE OVERCOMING OF CAPITALIST MODE OF PRODUCTION WITHIN CAPITALIST MODE OF PRODUCTION: THE ACTUALITY OF SOCIALISM IN A TIME OF CRISIS

Vitor Bartoletti Sartori²

Resumo: analisaremos a contraditoriedade das leis imanentes do sistema capitalista de produção ao investigar o que *O capital* chamou de superação do capitalismo dentro do modo de produção capitalista. Para tanto, a via negativa dessa superação apresentar-se-á na exposição da teoria de Marx sobre as sociedades por ação, as empresas públicas e o sistema de créditos. A vertente positiva desse processo figurará na crítica imanente às cooperativas. Nossa tese é que, em sua obra, o revolucionário alemão trata dessas formas transicionais destacando as enormes possibilidades que elas propiciam, mas ressaltando que, mantida a produção capitalista, a superação do capitalismo dentro do capitalismo apresenta-se como o pior dos mundos: financeirização, fraudes na bolsa, trabalhadores embebidos de representações empresariais e aversão à palavra “socialismo” correm o risco de figurar como a substância putrefata que sustenta o vigor do tempo presente.

Palavras-chave: superação do capitalismo dentro do capitalismo; modo de produção associado; formas transicionais; socialismo

Abstract: we will analyze the contradictions of the immanent laws of the capitalist system of production by investigating what *The Capital* called the overcoming of capitalism within capitalism. To this end, the negative aspect of this overcoming will be presented in the exposition of Marx's theory on joint-stock companies, public enterprises, and the expansion of the financial system. The positive aspect of this process will be found in the

¹ Artigo submetido em 27/03/2026 e aprovado para publicação em 12/05/2026.

² Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo – USP (2013); Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (2011); Bacharel em Direito pela USP (2008). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: vitorbsartori@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9570-9968>.

immanent critique of cooperatives. Our thesis is that the German revolutionary addresses these transitional forms, highlighting the enormous possibilities they offer, but emphasizing that, if capitalist production is maintained, the overcoming of capitalism within capitalism presents itself as the worst of all worlds: financialization, stock market fraud, workers imbued with corporate representations, and aversion to the word “socialism” risk becoming the putrid substance that sustains the vigor of the present time.

Keywords: overcoming of capitalism within capitalism; associated mode of production; transitional forms; socialism

Introdução

No Brasil de 2026, o espectro político à direita nutre-se da certeza de que o socialismo possui atualidade. Os militantes de esquerda, em sentido oposto, sequer ousam mencioná-lo. É bem verdade que a extrema-direita não pestaneja antes rotular qualquer medida razoavelmente civilizada de socialista; por outro lado, algo como uma “extrema-esquerda” marxista, socialista e revolucionária sequer apresenta-se no horizonte, pelo menos à primeira vista e na prática diuturna. Ela parece ser um fóssil de um passado longínquo, em que ainda possuíamos perspectivas e vigor. Assim, há uma espécie de inversão de papéis: a mobilização da ofensiva do capital – vazia em seu conteúdo positivo e diretamente apologética do pior do capitalismo – é justificada com o vocabulário da esquerda. Governabilidade, estabilidade macroeconômica, “regras do jogo”, por sua vez, parecem ser o mantra com o qual se organiza a oposição ao recrudescimento do movimento desavergonhado de defesa do sistema capitalista de produção. Ademais, o Brasil não figura isolado nessa situação, cuja compreensão faz-se necessária àqueles que nutrem o mínimo de expectativa quanto ao futuro. No presente artigo, com a teorização marxiana, pretendemos iluminar inicial e minimamente tal estado das coisas.

Com isso em mente, intentamos abordar formas transicionais de sociabilidade que emergem no seio das mais basilares leis imanentes do sistema de produção capitalista. Sem procurar oferecer quaisquer tipos de respostas prontas ou estratégias, acreditamos que as determinações do presente também possam ser entendidas cuidadosamente com o

auxílio desse expediente, o qual, por sua vez, remete à obra marxiana e, em especial, àquilo chamado pelo autor alemão (1986, p. 333) de “superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista”.

Obviamente, compreendemos que o descortinamento desse elemento é condição necessária, e não suficiente, para realizar as tarefas teóricas do marxismo no século XXI. E, por essa razão, o presente texto intenta realizar somente um passo inicial de um longo percurso de retomada da avaliação sobre a atualidade do socialismo. Com a tematização de *O capital*, investigaremos os elementos fundantes das contradições do sistema capitalista de produção para, assim, relacioná-los rapidamente aos problemas elencados em nosso parágrafo inicial. Em suma, nossa avaliação inicial de mencionada situação não é definitiva, mas intenta jogar luz sobre fatores que nem sempre são abordados.

Para tanto, em um primeiro momento, explicitaremos a avaliação de Marx sobre as determinações econômicas contraditórias do modo capitalista de produção, procurando explicar que o desenvolvimento capitalista tanto reproduz as próprias determinações do capital quanto a possibilidade de superação da relação capitalista de produção. Nesse intuito, com a investigação sobre as empresas por ação e as cooperativas do século XIX, mostraremos posteriormente que o livro III de *O capital* elucidada de modo mais detido os aspectos fundamentais do referido caráter da evolução da reprodução e acumulação de capital. Então, deixar-se-á claro que há anacronismo no domínio do capital. As relações de produção ensejadas pela crise do capitalismo, porém, poderiam também se alimentar das modificações que denotam tal anacronismo e, portanto, a crise. O terceiro elemento de nossa exposição centrar-se-á na expressão política das crises capitalistas, em que a ideologia socialista vem à tona alternativamente, como um “espectro” – para que se use a dicção do *Manifesto Comunista* (1998) – na direita e na esquerda. Havendo passado por essas determinações da obra de Marx, enfim, retornaremos à elucidação das razões mais fundamentais para a explanação da situação da esquerda e da direita atuais.

1. O Manifesto Comunista e a colocação clássica da superação do capitalismo

Em um dos textos políticos mais célebres do ocidente, Marx e Engels (1998, p. 42) atacam a ordem burguesa ao mesmo tempo em que ressaltam que “a burguesia

desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário”. A compreensão dos autores estipula que é justamente das condições engendradas pela sociedade capitalista que os pré-requisitos para ultrapassar o modo de produção burguês emergem. Haveria, inclusive, um condicionamento por detrás disso, pois, de acordo com os autores (1998, p. 43) “a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais”.

No século XIX, o caráter até então revolucionário da classe burguesa não decorre somente de seu papel diante da sociedade antiga e da feudalidade, mas do fato, posteriormente destacado, no mesmo espírito do *Manifesto*, em *O capital* (1986, p. 195): “o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa e justificativa histórica do capital”. No que conclui o autor alemão com algo fundamental ao defender que “precisamente com isso ele cria, sem que esteja consciente, as condições materiais de uma forma de produção superior”. Por conseguinte, um aspecto diferenciador do sistema capitalista de produção diante dos anteriores não se encontra só em seu dinamismo e nos avanços no campo da produtividade do trabalho; a partir de uma posição socialista, o essencial é que o incremento mesmo do domínio do capital engendra seu oposto, a saber, a possibilidade de uma forma superior de produção e de organização da sociedade.

A conformação de uma sociedade verdadeiramente mundial, da superação do localismo e mesmo do nacionalismo da indústria humana, bem como de uma espécie de intelecto geral – para usar a dicção marxiana dos *Grundrisse* (2011 a, pp. 944-945) – são também o resultado contraditório do domínio burguês. Esse último, pois, mostrou-se como revolucionário porque o caráter estreito e limitado da vida começa a se tornar, a cada momento, e de modo cada vez mais claro, inviável ou, ao menos, anacrônico. Nas palavras de Marx e de Engels, presentes no *Manifesto Comunista* (1998, p. 43):

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os

produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Ainda que pela exploração da força de trabalho, bem como pela agressão da produção capitalista diante da natureza que bem apontou Jonh Bellamy Foster (1998), o processo global de produção rompe barreiras locais e nacionais. A produção e o consumo deixam de dizer respeito a uma organização social primordialmente nacional e passam a demandar, conjuntamente com o comércio mundial, um mundo integrado econômica e politicamente. Desse modo, a exploração do mercado mundial conforma tanto o resultado do sistema capitalista de produção quanto entra em conflito com esse mesmo sistema.

A superação do localismo, a integração entre os produtores de matérias-primas e a grande indústria, assim, não diz respeito – para que se use o palavrorio da moda – à fase “globalizada” da história, mas ao avanço e constituição capitalista como tais.

O caráter mundial da produção e do consumo, por sua vez, apresenta-se como um requisito do avanço das forças produtivas e como um sintoma de que as necessidades humanas, assim como a satisfação das carências morais e materiais dos homens, requisitam uma integração do mundo, impossível sob o domínio do capital e dos Estados nacionais. A busca do “antigo isolamento” e da tranquilidade avessa à concorrência, pois, não figura somente como a reivindicação, antiga ou contemporânea, de políticos protecionistas e anti-imigração. Antes, ela também faz parte da própria constituição das relações capitalistas. Como já destacaram os autores em meados do século XIX, existe uma contradição inafastável entre a organização estatal da política e a forma mundial da produção e reprodução ampliadas do capital. Uma consequência disso é que, dentro do próprio capitalismo e para que o domínio da relação-capital seja perpetuado, o caráter progressista (e “democrático”) da burguesia começa também a ser renegado por partes substantivas dessa classe, a qual se vê localmente ameaçada, tanto pela concorrência intraburguesa, quanto pelo incremento das forças da classe dos modernos proletários.

Também nesse sentido, alertam Marx e Engels no *Manifesto* (1998, p. 45-46) algo que será retomado no *18 Brumário* (2011 b) com muita ênfase, que “as armas que a

burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia”.

As liberdades políticas necessárias para o funcionamento diuturno do capital – dentre elas a livre circulação de pessoas, questão ainda de enorme atualidade – começam a ser confrontadas e a política burguesa torna-se incapaz de cumprir as suas promessas democráticas. E, também por essas razões, os autores alemães (1998, p. 45-46) destacam o fato de que uma ruptura com o domínio político e social burguês seria o pré-requisito para a satisfação de demandas sociais criadas no próprio capitalismo: “a burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os trabalhadores modernos, os *proletários*”. Por conseguinte, de acordo com o *Manifesto Comunista* (1998, p. 46), o “intercâmbio universal, uma interdependência das nações” constitui simultaneamente uma consequência inevitável do avanço do capitalismo no mundo e um ponto de partida para a superação desse modo de produção a partir do momento em que “estreiteza e unilateralidade nacionais se tornam cada vez mais impossíveis” e uma literatura universal apresenta-se, não só como uma possibilidade, mas como a realidade da arte e da ciência. Essa última, por seu turno, precisa mudar de forma, sendo levada a cabo por pessoas que já aventam a possibilidade de uma forma de organização social qualitativamente superior.

Aquilo que constituiu a arte e a cultura política anteriormente a 1848 na Europa passa a dar lugar a algo substancialmente diverso, e avesso à democracia e à formação universal do intelecto dos homens, como bem destacou Lukács (2010) em seus textos sobre a decadência ideológica da classe burguesa. Marx (1996 a, p. 135-136), assim, defende que, nesse momento, “a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”. E, por isso, a literatura mundial e o caráter omnilateral do desenvolvimento teórico não são salvaguardados pela burguesia, mas pela classe que Engels (1982) indicou como herdeira dessa cultura, o moderno proletariado, principalmente, em sua figura no movimento alemão dos trabalhadores. Para a burguesia, continua-se em *O Capital* (1996 a, p. 135-136), “já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não”. Nesse sentido, cultural, política e economicamente, as contradições da sociedade capitalista vêm à tona com força.

Diante de tal contraditoriedade, e em um raciocínio que Fredric Jameson (1997)

não deixou de destacar como o modelo de apresentação dialética, Marx e Engels (1998, p. 50) buscaram demonstrar que o próprio domínio burguês retira o fundamento sobre o qual se assentava a caracterização e justificação históricas dessa classe como dominante. Os autores acreditam que “o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos”. O resultado necessário consiste em que o novo precisaria ser enfocado, mesmo que estivesse ainda no ventre do velho. A mensagem nuclear dos revolucionários alemães estava justamente em que “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.

Assim, a exposição do *Manifesto* ressalta a duplicidade da moderna sociedade civil-burguesa explicitando a correlação entre burgueses e proletários, e pondo a nu as contradições centrais, mas não as únicas, entre as duas principais classes que compõem a sociedade capitalista. O complexo movimento econômico, bem como as possibilidades da organização política e mundial do proletariado moderno, apresentam-se de modo bastante geral, proporcionando uma visão somente do núcleo sem o qual é impossível o entendimento das condições para a superação do capitalismo. Nesse sentido, essa obra dos dois revolucionários alemães é tanto imprescindível quanto insuficiente para investigar as contradições capitalistas. Com isso, a averiguação das condições de superação da produção capitalista necessita de aprofundamento e de mais nuances, os quais, acreditamos, também podem ser encontrados no livro III de *O Capital*, em que Marx analisa formas transicionais de organização da produção a partir do que chamou de superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista.

2. Elementos basilares da superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista: a transformação da propriedade e do trabalho privados em sociais

Nesse momento de nossa exposição enfocaremos a maneira pela qual, a partir de seus próprios pressupostos econômicos, o incremento da produção burguesa nega seus fundamentos. Assim, a apresentação categorial de *O Capital* será desvendada com a finalidade de comprovar que aspectos vitais do capitalismo desenvolvido – empresas por

ação, estatais e o fortalecimento do sistema de crédito – oferecem formas transicionais do capitalismo a uma forma de produção superior. Também aqui, teremos em conta somente aspectos decisivos desse movimento, cuja complexidade deve ser averiguada em análises exaustivas e delongadas. Entretanto, cabe averiguar que o nível de detalhamento e de cuidado presente na obra magna de Marx apresenta-se muito além daquele do *Manifesto*.

No livro III, Marx adentra a anatomia concreta do movimento descrito abstratamente acima em suas determinações mais gerais, sempre ao se lembrar o que havia estipulado no famoso prefácio de 1859 (2009, p. 47), que “a anatomia da sociedade civil-burguesa deve ser procurada na economia política”. Dessa maneira, elementos frisados no *Manifesto* ganham concretude na análise econômica que se ampara na crítica da economia política e perpassa uma análise pormenorizada de categorias vigentes no modo de produção capitalista, como mercadoria, dinheiro, capital por um lado e lucro, renda, juros, ganho empresarial etc., por outro; assim, a avaliação do processo que engendra a possibilidade de superação do sistema capitalista vêm à tona com a explicitação de uma crítica à economia política e das leis imanentes da produção capitalista, cujo estudo e investigação conformaram uma das tarefas da vida de Marx.

Em sua crítica à economia política, não só o revolucionário alemão explicita as contradições basilares do sistema capitalista de produção; ele apreende o movimento das formas e das figuras econômicas que compõem, para que se use as palavras dos *Grundrisse* (2011, p. 85) as “formas de ser, as determinações de existência” do capitalismo. Nesse sentido específico, estipula Marx na mesma passagem agora citada, “como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade civil-burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça”. Portanto, a apreensão da objetividade do real perpassa tanto a representação dos economistas criticados pelo autor alemão quanto a realidade e efetividade das categorias que compõem as relações de produção da sociedade capitalista.

Assim, na medida em que explicita as leis imanentes do sistema capitalista de produção e critica os economistas clássicos e vulgares, Marx desvela duas dimensões complementares na própria realidade: primeiramente, as formas essenciais do domínio burguês, as formas econômicas colocadas sob a mercadoria, o dinheiro e o capital; em um segundo plano, as figuras econômicas dos juros, renda e lucro, cujo movimento

compõe a configuração do processo global de produção. Para os fins de nosso escrito, destaca-se que um resultado vital da investigação contida em *O Capital* é que a progressão da reprodução ampliada do capital também gera, mesmo que contra a vontade da burguesia, a negação de determinações essenciais do capitalismo, ainda que dentro e nos limites circunscritos do próprio capitalismo e das contradições de suas leis imanentes.

Nesse sentido, Marx enuncia que o trabalho passa a adquirir uma caracterização essencialmente social, em oposição a qualquer trabalho isolado. As relações de apropriação – e, por conseguinte, as formas de propriedade daí decorrentes – sofrem mudanças substanciais. Desse modo, a interrelação das formas e das figuras econômicas abordadas concretamente pelo autor no livro III de *O Capital* (1986, p. 199-200) denota a existência, não mais da vigência do trabalho privado e isolado, mas da “organização do próprio trabalho como social: mediante cooperação, divisão do trabalho e ligação do trabalho com a ciência natural”. Ou seja, a interconexão entre os indivíduos, suas capacidades, a organização da produção como um todo e o vínculo entre o desenvolvimento industrial e intelectual (questões essas levantadas também no *Manifesto*) ganha a dianteira ao passo que, na própria realidade, e não só nas categorias da economia política, o caráter crescentemente social – e não mais privado – das relações econômicas explicita-se ao transformar as bases sociais do próprio capital.

As relações de produção capitalistas começam a se modificar substancialmente, em outras palavras: começam a engendrar um processo de negação do capitalismo e de seus aspectos decisivos, como a atomização dos indivíduos proprietários e, em especial, da mercadoria força de trabalho. A cooperação, a divisão do trabalho e a ciência adquirem uma escala e uma complexidade incompatíveis com o trabalho privado e, o que é essencial, com a propriedade privada dos meios de produção. Assim, continua Marx (1986, p. 199-200) ao defender que “em ambos os sentidos, o modo de produção capitalista supera a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que em formas opostas”. Com isso, o incremento da produção baseada na propriedade privada leva a seu oposto porque a apropriação privada da riqueza começa a ser superada. Se, antes, ela estivera baseada no trabalho privado e fundada na concorrência, depois, ela redundava nos monopólios e nos oligopólios, que, por sua vez, tanto são uma consequência da produção capitalista quando enunciam sua caducidade e expressam o caráter social da produção.

O caráter social do trabalho entra em contradição com a apropriação privada da riqueza e o trabalho privado, assim como a propriedade privada, figuram como um fruto de um tempo a ser superado. Nesse sentido, ambos ainda detêm uma forma opositiva, mas a sua superação coloca-se na ordem do dia. Para usar as palavras de Marx (1986, p. 333) a “superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista” ocorre justamente quando o sistema capitalista de produção supera a propriedade privada e o trabalho privado ainda nos limites do domínio burguês.

A forma opositiva de aparecimento da socialização das relações econômicas ainda preserva a propriedade privada ao mesmo tempo em que se tem sintomas do possível outono dessa forma de apropriação da riqueza. A potencialidade do que Marx (1986, p. 199-200) chamou de “organização do próprio trabalho como social: mediante cooperação, divisão do trabalho e ligação do trabalho com a ciência natural” esbarra na efetividade de relações de produção ainda regidas pela propriedade privada dos meios de produção.

Em tal situação contraditória o trabalho e a propriedade sociais aparecem em formas opositivas como os monopólios. E eles tanto denotam a caducidade do modo de produção capitalista quanto a permanência dessa produção. Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, apresenta-se um processo profundamente contraditório, em que é central à análise marxiana (1986, p. 200) a “concentração dos meios de produção em poucas mãos” e, portanto, a propriedade privada, o oligopólio e o monopólio. Neles a própria destituição da propriedade dos trabalhadores é o ponto de partida para a formação do caráter social – e não mais privado – da produção. Dessa maneira, com o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, a ausência de propriedade por parte dos trabalhadores redundava: 1) na autonomização da propriedade diante da função concreta do trabalho na produção; 2) na separação entre a apropriação do mais-valor e a participação no processo de trabalho, visível, sobretudo, nas grandes empresas por ação. (Cf. Sartori, 2019)

A conjugação dessas duas características, por sua vez, possui influência decisiva na organização dos meios de produção, e, assim, continua Marx (1986, p. 200), explicitando a natureza contraditória da produção capitalista e o fato de que a propriedade e o trabalho passam a adquirir determinações crescentemente sociais e que expressam a

superação do capitalismo dentro do capitalismo: “pelo que eles deixam de aparecer como propriedade dos trabalhadores diretos e, pelo contrário, se transformam em potências sociais da produção. Ainda que inicialmente como propriedade privada dos capitalistas”. A configuração de uma potência autenticamente social parte também de uma situação de despossessão e, o que é essencial, permite a retomada posterior dos meios de produção. Nesse sentido preciso, os monopólios tanto são um avanço em direção à superação do sistema capitalista de produção quanto a forma mais evoluída desse sistema.

Deparamo-nos, assim, com uma forma social da produção e das potências sociais que ainda percorre os meandros da propriedade privada capitalista, sobretudo, nos trustes e nas empresas por ação que tendem ao monopólio. O avanço da propriedade privada leva ao monopólio e ao oligopólio, ou seja, a formas mais avançadas de domínio do capital sobre o trabalho, mas transforma o capital em uma potência social. Nessa situação, ao mesmo tempo, a produção impõe-se aviltando a personalidade dos indivíduos de todas as classes sociais e expõe uma determinação vital do próprio incremento das forças produtivas sob o capitalismo: o desenvolvimento do movimento da propriedade privada, assim como a autonomização do capital como uma potência social, ao fim, torna supérflua à produção real uma das classes sociais fundamentais do sistema capitalista de produção, a burguesia. A transformação da produção em social muda as bases do capitalismo e manifesta o fato já aludido de que, como aponta Marx em *O Capital* (1986, p. 195): “o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa e justificativa histórica do capital”. E, assim, “precisamente com isso ele cria, sem que esteja consciente, as condições materiais de uma forma de produção superior”.

De acordo com Marx (1986), o controle burguês da produção deixa de se apresentar como necessário porque o trabalho de supervisão, a gestão das empresas e direção dos negócios passa a ser realizada por trabalhadores assalariados nas grandes empresas. Ainda sob a vigência da propriedade privada, a oposição entre trabalho privado e propriedade é superada na medida em que o trabalho e a propriedade passam a fazer parte de um metabolismo social composto pelo capital social total e organizado em torno de uma natureza autenticamente social. Essas empresas por ação, assim, explicitam a transformação das relações econômicas em algo qualitativamente superior e que denota que a reprodução econômica precisa ser organizada e gerida com trabalho e funções

sociais. Isso é fundamental porque demonstra que a propriedade não precisa ser privada e pode configurar-se em propriedade dos produtores, funções dos produtores associados:

Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. Esse resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade privada de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. E, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculadas à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais. (Marx, 1986, p. 332)

A empresa capitalista avançada – e não as pequenas empresas em que o incremento da produtividade é ínfimo se comparado às grandes sociedades por ação – remete a uma forma de produção oposta à apropriação privada da riqueza, que, nada obstante, mantém essa forma de apropriação. Trata-se de uma forma transicional, que, de acordo com Marx, exprime o caráter social da produção capitalista e do trabalho ainda na forma antiga da apropriação privada da riqueza. Assim, deparamo-nos com uma espécie do que o autor chamou no livro III (1986, p. 333) de “superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista”, situação essa em que o anacronismo da produção capitalista convive com a permanência dessa mesma produção, com todas as suas contraditoriedades, irracionalidades, problemas e vícios. E, assim, a natureza contraditória da produção burguesa passa a ser evidenciada de modo gritante.

O que nosso autor (1986, p. 195) chamou de “condições materiais de uma forma de produção superior” estão postas, mas o salto qualitativo a um modo de produção substantivamente distinto não. Por isso, no mesmo texto (1986, p. 334) diz-se que “as empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas [de que trataremos mais à frente] devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado”. A passagem ao “modo associado” levaria à produção em que, nas palavras do livro I (1996 a, p. 273), “a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário”. Assim, nada menos que o controle racional e comunitário é propiciado – ainda que somente como potência – pelo

desenvolvimento contraditório das relações econômicas capitalistas. Porém, sob a égide desse modo de produção, o metabolismo com a natureza domina os homens, assujeita-os.

Marx (1996 a, p. 273) defende o controle racional, planejado e comunitário das condições de vida, controle esse em que os homens produzem associada, comunitária e conscientemente em meio ao metabolismo social, “em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega”. A duplicidade do que ressaltamos ganha relevo ao passo que a própria empresa monopolista e por ação se desenvolve como parte do processo que possibilita essa passagem e potencializa a “transição do modo de produção capitalista ao modo associado”, ao mesmo tempo em que depende dessa força cega.

A tendência à superação da relação-capital convive com uma organização da produção que impede a realização das potências sociais desenvolvidas pela própria economia capitalista. Por conseguinte, a superação do capitalismo dentro do próprio capitalismo é profundamente contraditória. E, nesse momento da história, em meio à explicitação das contradições do sistema capitalista de produção, começam a se desenvolver decisivamente formas transicionais, as quais expressam tanto o anacronismo da produção capitalista quanto a possibilidade da manutenção desse domínio.

3. A superação do capitalismo dentro do capitalismo: as empresas por ação, as empresas estatais e a “financeirização”

Ao falar da “formação das sociedades por ação”, Marx (1986, p. 332) ressalta a “enorme expansão da escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados”. Ele também afirma que, por vezes, a atuação estatal aparece de modo gritante e, assim, ainda em uma forma opositiva, “tais empresas, que eram governamentais, tornam-se ao mesmo tempo sociais”. Com o trabalho social, e a superação da propriedade e do trabalho privados ainda que nos limites do capitalismo, a presença da forma política do Estado e das formas jurídicas por meio das quais operam a administração e a assistência denotam justamente a radicalização de um fato: para dizer com Marx (1986, p. 198), “o capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista”. Mais que isso: agora, tem-se uma espécie de capitalista coletivo que substitui os indivíduos capitalistas e, assim, seguindo Engels (2015, p. 314) sobre o Estado,

“quanto maior é o número de forças produtivas que ele assume como sua propriedade, mais ele se torna um capitalista global real”. A produção se torna social, também, por passar a ser mediada pelo Estado, uma potência social estranhada diante da sociedade e configurada com funções capitalistas. Com isso, não só o processo produtivo adquire uma tonalidade e uma força em que os capitalistas se tornam inúteis em certos ramos da produção; a própria titularidade jurídica da propriedade passa a poder excluir o capitalista e, em seu lugar, colocar o Estado, o “capitalista global ideal”. Tanto nas sociedades por ação quanto nas empresas públicas, o processo de socialização da sociedade explicita-se, ainda que de modo contraditório: de um lado, com a prescindibilidade do controle burguês sobre a produção e, de outro lado, quando o Estado atua como capitalista coletivo.

Com essa configuração estatal, tem-se outra face da superação do capitalismo dentro do capitalismo, em que, diz Engels (2015, p. 314), “a relação com o capital não é revogada; ao contrário, é levada ao extremo”. A esperança de Engels, no entanto, é: “só que, chegando ao extremo, ela sofre uma reversão” e possibilita justamente um ponto de passagem ao modo de produção associado. Assim, também aqui, o mesmo processo que leva ao extremo a lógica do sistema capitalista de produção prepara o terreno para uma viragem, caracterizada por um salto qualitativo para além do domínio capitalista.

Agora, a apropriação privada é garantida por uma capitalista global ideal ao mesmo tempo em que “todas as funções sociais do capitalista passam a ser exercidas por funcionários remunerados” (Engels, 2015, p. 314) e, por conseguinte, a necessidade de uma classe social antagônica aos trabalhadores se torna algo do passado. Desse modo, o cenário é tal que a produção social sob a égide da apropriação privada da riqueza somente pode manter-se instavelmente, em uma condição marcada por aquilo que Marx (1986, p. 332) chamou de “a superação do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista”. E não é preciso insistir que essa configuração das leis imanentes da produção capitalista é essencialmente contraditória e, política e economicamente, revela um caráter conflituoso na vigência da ordem estabelecida.

O capital coloca-se como uma potência social, mas ainda se mantém como capital e, portanto, supõe a autovalorização do valor. Mais que isso: a condição que propicia a passagem para o modo associado também exacerba a oposição entre função na produção e a titularidade da propriedade. Por conseguinte, não só a apropriação da riqueza social

passa a se dar, em grande escala, a partir de títulos de propriedade expressos em ações e que supõem, cada vez mais, o capital portador de juros; esses próprios direitos começam a ser comercializados nas bolsas de valores, potencialmente perdendo contato com a produção real e configurando o que Marx (1986) chamou de capital fictício. Dessa maneira, o enorme desenvolvimento capitalista das forças produtivas, em seus primórdios, subordina o sistema de crédito em prol da produção; contudo, depois de determinado ponto, o movimento do capital resulta na autonomização dos títulos de propriedade, das ações e do capital portador de juros diante da produção real. Por conseguinte, contida na oposição entre função na produção e propriedade, jaz aquilo que Hilferding (1985) e outros identificaram como financeirização da ordem econômica.

Ou seja, após determinado ponto da evolução do modo capitalista de produção, o sistema bancário e de crédito se fortalecem, por vezes, em oposição às capacidades reais da produção e da realização de mais-valor. Em outras palavras, uma consequência necessária do desenvolvimento das grandes sociedades por ação é a hipertrofia das finanças e das expectativas de ganho destituídas de lastro na realidade.

Por essa razão, não é possível concordar com importantes intérpretes do livro III, como Holloway (2017, p. 236), que estipula que “é necessário abandonar a ideia de progresso. [...] por momentos, Marx é progressista. Nas passagens sobre as sociedades por ações, se expressa seu progressismo”. O autor de *Uma leitura anti-identitária de O capital* confunde a leitura marxiana com certo evolucionismo e certo elogio acrítico ao progresso ao não apreender o elemento profundamente opositivo e contraditório que *O Capital* destaca na superação do capitalismo dentro do capitalismo. Nas empresas por ação, deparamo-nos com uma alavanca para a superação do modo de produção capitalista no modo de produção associado; porém, também restamos diante do agigantamento do capital fictício, do crédito e do sistema bancário, que não prescindem da fraude.

Assim, o aparecimento real e efetivo das maiores possibilidades é contemporâneo àquilo que corresponde ao maior pesadelo na organização econômica capitalista, a “produção privada sem o controle da propriedade privada” (Marx, 1986, p. 333).

Tal condição é inseparável das crises (sejam elas comerciais ou financeiras, pois todas elas possuem raízes na produção) analisadas por Marx em *O Capital* e recorrentes enquanto o capitalismo sobrevive a si mesmo. Como apontou Engels (2015, p. 314),

“enquanto as crises revelaram a incapacidade da burguesia de continuar administrando as modernas forças produtivas”, tem-se o anacronismo do domínio dessa classe e “a metamorfose das grandes instituições de produção e intercâmbio em sociedades por ações e propriedades do Estado mostraram a dispensabilidade da burguesia para esse fim”. E, assim, a produção burguesa encontra-se em profunda e inafastável contradição quando ela ainda é privada, mas já não se caracteriza pelo controle e garantia da propriedade privada. Contrariamente ao advogado por Holloway (2007), a um tempo só, Marx e Engels salientam o progresso de tal desenho da economia capitalista e o aviltamento e a regressão que acompanham tal movimento do capital. Pelo que notamos, a existência da relação-capital passa a conviver com a crise, como lembra Grespan (2012), caracterizada como seu negativo e como complemento necessário da reprodução do capital.

Emerge a produção verdadeiramente social, que pode ser realizada sem a classe burguesa; contudo, nos limites da superação da produção capitalista no próprio capitalismo, a apropriação da riqueza expressa formas de capital ainda menos reguláveis e demasiadamente voláteis, a saber, o capital bancário, o capital fictício, os quais não prescindem do Estado e de suas dívidas. Ademais, de acordo com Marx (1996 b, p. 374), “a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia”. Trata-se da típica forma de expressão da “produção privada sem o controle da propriedade privada” (Marx, 1986, p. 333), tendo-se o anacronismo e a efetividade da dominação burguesa convivendo na situação paradoxal das crises. Nessa condição, a produção é social, mas se mantém sob forma privada; o controle da apropriação da riqueza, por seu turno, é deixado ao Deus dará, ou é incumbido à atuação vacilante do Estado que, tanto ideal quanto realmente, realiza as funções de um capitalista coletivo.

Aqui também, a questão é dúplice: de um lado, o controle da produção é realizado por trabalhadores assalariados e pelo Estado, provando-se que o domínio burguês é anacrônico e pode ser superado; de outro lado, o elemento especulativo e “financeiro” (para que se use uma expressão consolidada nos séculos XX e XXI) agiganta-se e, por vezes, impede o próprio avanço das forças produtivas, e, assim “reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais”; ademais, tal domínio supõe como algo

normal e necessário “todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada” (Marx, 1986, p. 333). Tal peculiaridade da produção capitalista, arquitetada a partir da resolução parcial das crises às quais o capitalismo está sujeito, redundará no futuro agravamento dessas mesmas crises, que se tornam cotidianas.

Assim, o caráter senil do capitalismo fica expresso, tanto nas possibilidades gigantescas que ele porta e que ultrapassam a própria existência do modo de produção presente, quanto na efetividade da apropriação privada da riqueza por meio das mais distintas artimanhas financeiras da bolsa e do mercado de futuros, as quais vêm à público em escândalos financeiros e contábeis, recorrentes até hoje no Brasil (como no caso do Banco Master) e no mundo (tal qual na crise de 2008). Para nossos fins, é preciso destacar claramente: isso não é acidental ao modo de produção capitalista e faz parte de sua reprodução e de suas próprias leis imanentes. Com produção privada sem o controle da propriedade privada, para que se use o mote de Mészáros (2002), o capital é incontrolável.

O próprio desenvolvimento das forças produtivas se torna uma forma de existência por meio e através das crises capitalistas. Em uma tonalidade muito similar àquela do *Manifesto*, Marx (1986, p. 22) lembra que “com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, por conseguinte, da produção em grande escala, 1) os mercados se expandem e se afastam do local de produção, 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se e”, aquilo que é mais importante para nossa argumentação, “portanto, 3) o elemento especulativo deve dominar cada vez mais as transações”. Ou seja, no limite, pode-se, com Marx (1986, p. 117), afirmar que “não há a menor dúvida de que o sistema de crédito servirá como poderosa alavanca durante a transição do modo de produção capitalista para o modo de produção do trabalho associado”. Por outro lado, isso ocorre conjuntamente com o crescimento da fraude, da especulação, da existência de diretores meramente nominais das empresas, do embuste, das incorporações e fusões empresariais vinculadas a claras ilegalidades. Aquilo que o autor (1986, p. 117) chamou de “elemento especulativo” impõe-se à reprodução diuturna do sistema capitalista de produção e esse fato não pode ser contestado ou suas raízes superadas no interior do modo de produção vigente.

Ou seja, como se estipulou em *O Capital* (1986, p. 117-118), “ao mesmo tempo, o banco e o crédito tornam-se assim o meio mais poderoso de impelir a produção capitalista além de seus próprios limites, e um dos veículos mais eficazes das crises e da fraude”. A “financeirização” e a especulação tanto configuram uma alavanca para além do capital quanto aquilo que alimenta as formas mais parasitárias de apropriação privada da riqueza na sociedade capitalista, cujo sociometabolismo é incontrolável e precisa ser superado.

Ainda no que diz respeito à correlação entre forças produtivas tornadas sociais e a apropriação privada da riqueza por meio das relações sociais de produção, esse movimento é inerentemente contraditório. Ele exprime a própria missão do capital, aquela de desenvolver as forças produtivas do trabalho, o que passa a ser obstaculizado pelo incremento da produção capitalista. Marx (1986, p. 197) deixa claro que, nesse cenário, “o modo de produção capitalista cai em nova contradição”. Ao passo que “sua missão histórica é o desenvolvimento, inescrupuloso, impulsionado em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano”, obedecendo a esse próprio ímpeto, “ele se torna infiel a essa missão assim que, como aqui, se contrapõe ao desenvolvimento da produtividade, refreando-o”. E o resultado é claro: “com isso, só comprova novamente que se torna senil e que, cada vez mais, sobrevive a si mesmo”. E, também aqui, a crítica de Holloway a Marx merece as reservas que já traçamos anteriormente.

Seguindo esse raciocínio, o capitalismo senil engendra formas transicionais, assim como torna necessárias forças produtivas e uma organização do trabalho e do capital que impulsionam para além do modo de produção capitalista, enunciando a produção associada; entretanto, o grande drama da existência da relação-capital aparece na medida em que isso tudo ocorre ao passo que o capital, a duras penas e por meio da especulação, da financeirização e de artimanhas mil, sobrevive a si mesmo. A superação do capitalismo dentro do capitalismo que permanece nos limites do capital é a imagem de um pesadelo, em que o próprio caráter civilizatório do domínio burguês progressivamente é abandonado e suprimido na prática. Aliás, ele dá lugar a formas de parasitismo que, outrora, como apontou Marx (1980) nas *Teorias do Mais-valor*, a própria burguesia já havia criticado ao atacar a renda da terra e os luxos e o sistema de dependentes da nobreza.

O anacronismo do sistema capitalista de produção, assim, é explícito e, nesse sentido, o socialismo está na ordem do dia. Ou seja, em situação de monopólios, financeirização, agigantamento do sistema de crédito e do mercado de futuros – diga-se de passagem, condição muito similar àquela vigente no presente – têm-se formas transicionais que expressam a viabilidade e a necessidade do socialismo. Ao mesmo tempo, porém, as determinações mesmas que engendram essa possibilidade concreta dão ensejo a formas parasitárias de capital as quais, dentro do sistema capitalista de produção, perderam o controle, fazem parte das crises e precisam ser remediadas urgentemente.

Ademais, pelo que vimos, os proprietários privados, que se apropriam da riqueza a partir da simples titularidade de sua propriedade (seja diretamente, seja por meio de ações ou dos mais distintos títulos jurídicos), não se prestam à tarefa de controlar o ímpeto do próprio capital. Nesse sentido, notamos também que o Estado muitas vezes realiza contraditoriamente essa função, seja com a estatização de empresas privadas, seja com a administração e regulamentação dos mercados, para que, ao fim, como capitalista global ideal, possa realizar as tarefas para as quais a burguesia se mostrou incapaz. Em tal situação, Marx (1986, p. 199-200) defende que “o modo de produção capitalista supera a propriedade privada e o trabalho privado, ainda que em formas opostas”. Ao mesmo tempo, porém, a persistência dessa forma oposta das relações sociais de produção dá azo ao pesadelo que mencionamos, em que existe a necessidade de uma posição firme, seja ela no sentido da superação do capitalismo, seja ela pela persistência dele.

Tal elemento é dramático para nosso tempo, pois a firmeza é tão característica dos revolucionários socialistas quanto dos arautos da contrarrevolução, a qual, em um capitalismo que, como defendeu Marx (1986, p. 197), “sobrevive a si mesmo” acaba por necessitar de certa permanência. Levando o raciocínio às últimas consequências, podemos intuir que, quando nos deparamos com a superação do capitalismo dentro do capitalismo e com o avanço das formas transicionais, as alternativas são a revolução socialista ou a contrarrevolução permanente. Aquilo que se coloque entre essas possibilidades, de certo modo, nutre ilusões não mais defensáveis e pode colher os frutos de operar por meio de ilusões em um tempo que perde seu caráter civilizado.

4. A superação do capitalismo dentro do capitalismo: as cooperativas e os trabalhadores como seus próprios capitalistas

Se abordamos as sociedades por ações, as empresas públicas e o agigantamento do sistema de crédito em suas implicações, investigamos a superação do capitalismo dentro do capitalismo em sua face negativa, em que a propriedade privada é, para dizer com Marx (1986, p. 334) “superada negativamente”. Entretanto, existe um caso, o das cooperativas, em que se apresenta uma faceta “positiva” desse mesmo processo.

Portanto, nesse estágio de nossa exposição, voltar-nos-emos à pesquisa dessa forma transicional, em que não é mais a burguesia e suas forças produtivas que se voltam contra o domínio burguês, mas os próprios “coveiros” do sistema capitalista de produção que tomam contraditoriamente as rédeas da situação. Assim, os proletários modernos se envolvem ativamente no processo de superação do capitalismo dentro do capitalismo ao engendrar uma forma associada de organização do trabalho. Contudo, o elemento dúplice, também aqui, marca presença. As possibilidades do que Marx (1986, p. 199-200) nomeou “organização do próprio trabalho como social: mediante cooperação, divisão do trabalho e ligação do trabalho com a ciência natural” convivem com apropriação privada da riqueza nos limites do tempo em que o capitalismo sobrevive a si mesmo.

Com as empresas por ação e com as cooperativas, as formas transicionais que se apresentam aos trabalhadores adquirem a forma daquilo que Marx (1986, p. 333) chamou de “uma contradição que supera a si mesma e que *prima facie* se apresenta como simples ponto de passagem para uma nova forma de produção”. Por conseguinte, do ponto de vista da organização da classe trabalhadora, ainda mais do que no caso das sociedades por ação, as cooperativas adquirem esse caráter transicional e, nesse sentido, expressam a atualidade do socialismo, do modo de produção associado. Esse último figura como uma possibilidade concreta. Porém, a passagem para a produção associada não é automática ou uma simples consequência do desenvolvimento anterior.

O trabalho que ganha uma configuração social une os trabalhadores, organiza uma espécie de trabalhador coletivo e de intelecto geral; nas palavras constantes dos *Grundrisse* (2011 a, p. 944-945), “as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da

vida”. Como consequência, a ciência e o entendimento humano são postos como forças produtivas cujo incremento ulterior demanda uma nova forma na produção – cujo aparecimento nas cooperativas dos trabalhadores é vital – e que figura como uma importante alavanca na superação do capitalismo pela produção associada.

A partir do próprio desenvolvimento capitalista, como lembra Marx (1986, p. 332) “o capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social capital de indivíduos diretamente associados!” Mais que isso, “em oposição ao capital privado e suas empresas se apresentam como empresas sociais em oposição às empresas privadas”. Nessa situação, o trabalho de supervisão e administração das empresas já são realizados por trabalhadores assalariados e, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e do que Marx chama de “trabalhador coletivo” (1996) e de “intelecto geral” (2011, p. 994), os indivíduos apresentam-se diretamente associados. Ou seja, não só a burguesia se torna supérflua ao processo imediato de produção como a existência de trabalhadores livremente associados proporciona uma alternativa real e uma oposição direta ao domínio do capital. Tal possibilidade passa a ser visível, também, quando a propriedade do capital sequer é de um capitalista global ideal que substitui a burguesia, mas de trabalhadores, que figuram como proprietários dos próprios meios de produção, ainda que de um modo opositivo.

Também ao mirar esse aspecto positivo – e não mais meramente negativo – do desenvolvimento das forças produtivas do capital, nas palavras do *Manifesto* (1998, p. 50) “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros”. Entretanto, há mediações necessárias à investigação desse processo, pois, ao contrário do que parece supor o mais lido texto de Marx e de Engels, não é nada simples estipular sobre a burguesia senão em tom de agitação que “seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.

A ambiguidade das formas transicionais é enorme e a tonalidade otimista – diria Holloway (2007) com certo exagero “progressista” – do texto de 1848 necessita de complementos, porque os resultados das crises do sistema capitalista de produção parecem ser muito mais dúbios do que os originalmente previstos. Mais que isso: é imprescindível compreender o papel dos trabalhadores e da organização do trabalho por eles regida na superação momentânea das crises de um capitalismo que sobrevive a si

mesmo. Esse elemento dual pode ser frisado já nas formas transicionais analisadas preteritamente por nós, mas é mais evidente nas cooperativas e fábricas dos trabalhadores.

Com as empresas públicas, comprova-se que a propriedade do capital não precisa ser da classe capitalista, podendo ser de titularidade de uma espécie de capitalista global ideal, o Estado. Há, porém, um passo adiante: os próprios trabalhadores podem ser proprietários do capital o que, também nesse sentido, comprova o já mencionado anacronismo do domínio da classe burguesa. Ou seja, as cooperativas superam positivamente a propriedade privada dentro do próprio capitalismo ao passo que expressam a viabilidade de uma produção social gerida pelos trabalhadores mesmos.

Marx (1986, p. 335) explica que “as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga”, o que as configuram como formas transicionais e como alavancas para o modo de produção associado, como já frisado. A superação do capitalismo dentro do capitalismo, porém, leva à dubiedade, inerente a uma primeira ruptura, de modo que a referência textual marxiana tem continuidade: “embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente”.

Ainda com os problemas do capitalismo, há superação (do capitalismo dentro do próprio capitalismo), tendo-se a peculiaridade de a titularidade da fábrica colocar-se com os trabalhadores associados. Por conseguinte, o movimento dos trabalhadores dá um passo decisivo, o qual comprova a possibilidade da produção sem burguesia e radicaliza aquilo que era visível de modo menos direto nas empresas públicas e nas sociedades por ação. Destaca-se ainda o papel ativo da classe trabalhadora na gestão e na administração da produção, constituindo-se uma poderosa alavanca para o socialismo. O grande problema, porém, emerge do fato de que os trabalhadores carregarem consigo todos os defeitos do sistema existente, o que possui um significado preocupante: permanecem o mercado, a vigência da lei do valor e a superação da oposição entre trabalho e capital e isso significa que as funções capitalistas (e não a burguesia) ainda são necessárias à forma produtiva, apresentando-se a autovalorização do valor aos próprios trabalhadores.

O enorme progresso apontado por Marx destitui a burguesia de sua posição na produção e mesmo na titularidade da propriedade das fábricas. Porém, o papel ativo da classe trabalhadora passa a consistir em realizar funções burguesas de gestão,

administração e supervisão. Por isso, em *O Capital* (1986, p. 335), aparece a seguinte posição: de um lado, há um destaque essencial à produção associada, a qual apresenta-se nas cooperativas, ao passo que “a oposição entre capital e trabalho dentro das mesmas está superada”. De outro lado, uma enorme ressalva é devida, já que isso se dá “ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho”. Assim, a organização da produção já pode ocorrer sem a burguesia, mas, com um capitalismo que sobrevive a si mesmo, a classe trabalhadora adota para si imperativos burgueses e não só realiza a (nunca possível de modo racional) gestão do capital; ela empenha-se para que a produção de mais-valor ocorra e se submete à autovalorização do valor voluntariamente. Pior que isso: atua de tal modo para garantir seus próprios interesses, acima de tudo, com a finalidade de preservar a titularidade da propriedade das fábricas com os trabalhadores associados. Por vezes, na medida em que buscam gerir seu trabalho, eles tornam-se seus próprios capitalistas e, caso não se negue revolucionariamente a produção capitalista, introjetam em suas cabeças as representações e as formas de consciência estranhadas inerentes a essa posição na divisão do trabalho.

Com Marx (1986, p. 335), podemos afirmar que as cooperativas demonstram de modo cabal que “em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção”. Deparamo-nos, inclusive, com provas concretas de que o sistema capitalista de produção é anacrônico e a produção associada é uma realidade e, portanto, o modo de produção associado, o socialismo, está na ordem do dia. Contudo, no interregno entre a superação do capitalismo dentro do modo de produção capitalista e uma forma de produção superior, tem-se o capitalismo que sobrevive a si mesmo. As contradições assim desenvolvidas agigantam-se. No caso das cooperativas, os coveiros do sistema capitalista de produção passam a ser os gestores do domínio do capital. Pior ainda, caso tal situação apresente-se minimamente como uma espécie de segunda natureza, as representações dos gestores e dos administradores capitalistas podem ser incorporadas pela classe trabalhadora e o resultado pode ser fatal: uma classe revolucionária passa a ter interesses vitais à preservação da ordem.

Aquelas palavras do *Manifesto* (1998, p. 50) segundo as quais “os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes” passam a ser essenciais para a agitação política, mas não correspondem a uma descrição precisa da classe trabalhadora que se torna a própria capitalista e que, ao fim, precisa que o capitalismo sobreviva a si mesmo para satisfazer seus interesses imediatos. Também nesse sentido, aquelas alavancas mesmas que remetem para além do domínio do capital expressam a atualidade do socialismo ao mesmo tempo em que, mantendo-se a superação do capitalismo dentro do capitalismo, configuram-se como entraves enormes e levam à efetividade de um pesadelo.

Em termos da organização da classe trabalhadora, a possibilidade concreta da produção associada e a desnecessidade da classe burguesa são uma realidade; porém, esse mesmo processo, sem uma revolução social, redundaria na luta pela existência de um capitalismo que apenas sobrevive a si mesmo com a auxílio da classe trabalhadora, que passa a realizar tarefas da burguesia. Os trabalhadores que se empenham na produção do valor e empregam a si mesmos como seus próprios capitalistas podem até mesmo utilizar as organizações políticas do proletariado, como sindicatos e partidos, para incentivar a acumulação e a gestão do capital. E o resultado é que, política e economicamente, existe o perigo de subordinação da classe trabalhadora aos imperativos reprodutivos do capital.

Cooperativas subsumidas ao capital – nas palavras de Marx (1986, p. 335), trabalhadores que “tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente” – expressam a atualidade do socialismo, certamente. Entretanto, também sinalizam uma distopia: a possibilidade de uma forma de capitalismo que somente pode sobreviver a si com ajuda da atuação e da representação que se vinculam às personificações do capital que têm por suporte, não mais indivíduos da burguesia, mas do moderno proletariado. Mais que isso, a partir dessa posição, nada impede que o sistema de crédito, assim como a bancocracia e a fraude na bolsa possam adquirir uma tonalidade “proletária”, por exemplo, quando as cooperativas são obrigadas a lançar ações nas bolsas de valores (como ocorre com o maior movimento social do Brasil, o MST) e quando os sindicatos, como criticaram de diferentes maneiras Francisco de Oliveira (2003) e João Bernardo (2004, 2008), passam a gerir fundos de pensão e de aposentadorias complementares.

O revolucionamento das condições de produção passa longe de ser algo utópico; contudo, sem que uma revolução social seja levada até as últimas consequências, a gestão do capital – assim como todo o entulho ideológico a ela inerente – podem contraditoriamente fazer parte do dia a dia dos próprios trabalhadores. E o cotidiano pode passar a se configurar como uma distopia, diga-se de passagem, não muito longínqua.

A superação positiva do capitalismo dentro do capitalismo, assim, não é destituída de perigos, os quais remetem, inclusive, a uma importante dimensão política. Essa última, assim, precisa ser avaliada com cuidado, sendo preciso explicitar como a alternativa entre revolução social e contrarrevolução permanente tem efetividade na própria forma de aparecimento do socialismo entre as classes dominantes e entre as classes trabalhadoras.

Apontamentos finais: a superação do capitalismo dentro do capitalismo e um socialismo à espreita

Depois de havermos exposto o caráter contraditório das formas transicionais que se interpõe entre o capitalismo e a produção associada, deve-se avançar rumo ao esclarecimento de um elemento aparentemente paradoxal que marca a sociedade capitalista em crise: o fato de, não raro, os defensores da ordem estabelecida enxergarem socialismo nos elementos minimamente civilizados do domínio do capital e de a classe trabalhadora, em determinados momentos, não se colocar de modo revolucionário.

Há certamente outras possibilidades depois do momento em que ocorre a superação do capitalismo dentro do capitalismo. No contexto analisado pelo livro III de *O Capital* a partir das crises de 1847 e de 1857, surgiram respostas antagônicas. Por exemplo, diferentemente da França de 1848, analisada por Marx (2011 b) no *18 Brumário*, a comuna de Paris significou uma revolução social bem-sucedida, mesmo que por apenas 71 dias. No século XX, os rumos da república de Weimar e da Revolução Russa também diferem. Ou seja, as crises pelas quais passa o capitalismo são propiciadas pelo processo econômico cujas bases foram abordadas acima. Contudo, as possibilidades a se tornarem efetivas – seja um capitalismo que sobrevive a si mesmo ou uma tentativa de revolucionar as bases da produção a partir de uma associação de trabalhadores livres – dependem de diversos fatores, os quais não podem ser analisados no escopo de texto.

Dizemos somente que eles remetem às organizações da classe trabalhadora, à dimensão política e ideológica, bem como à especificidade de cada forma de entificação do capitalismo em distintos países. Para nossos fins, destacamos as opções expressas em momentos em que o socialismo é uma possibilidade concreta que não se realiza, e cujo espectro alimenta a reação por parte dos defensores da ordem e aparece de modo muito tímido na classe trabalhadora. Essa última, assim como seus apoiadores e aliados, precisa livrar-se das ilusões vinculadas ao intento de gerir racionalmente o sistema do capital ou construir seitas ou pequenas iniciativas que poderiam conviver com o domínio burguês.

Pelo que vimos, inelutavelmente, o capitalismo está marcado pelas crises e por um caráter contraditório; tomar a produção capitalista como uma segunda natureza e tentar reconciliar-se com essa natureza da vigência do capital é deixar de lado algo básico: o próprio desenvolvimento do capital comprovou o anacronismo do capitalismo e, portanto, que o socialismo está na ordem do dia. Assim, mesmo no presente, há um elemento de verdade quando a extrema-direita de hoje invoca o espectro do socialismo.

Nesse sentido, com o capitalismo em crise, a mera expressão de uma forma transicional é vista com ressalvas por aquilo que, ao tratar da França de 1848, Marx (2011 b) chamou de “partido da ordem” e que hoje configura a posição da extrema-direita.

Desse modo, o contexto legal e político que Marx analisa possui um desenho similar àquele apresentado em *O Capital*: ao mesmo tempo em que certas formas políticas e jurídicas foram necessárias ao avanço e desenvolvimento do modo de produção capitalista, elas começaram a se voltar contra o domínio burguês. Tal qual as formas e as figuras econômicas do processo global de produção engendraram o seu oposto como possibilidade, na política, as liberdades burguesas começam a aparecer como um entrave à reprodução ampliada e à legitimação política do sistema capitalista de produção.

Em meio à superação do capitalismo dentro do capitalismo, a democracia pode adquirir somente dois sentidos: a defesa do novo e a liberação das potências gestadas até o presente ou obstaculizar a realização das possibilidades aludidas. De modo mais direto, podemos defender que reivindicar a democracia – o que todos envolvidos na atividade política fazem – somente pode ser coerente com uma postura consciente e explicitamente socialista contra a luta vil e reacionária contra o socialismo. Aqueles que buscam um meio

termo entre essas posturas nutrem ilusões sobre a real natureza contraditória do sistema capitalista de produção e, em tempos de crise, essas ilusões tendem a se desfazer.

Uma grande ilusão de nosso tempo – e em 1848, quando Marx analisou as revoluções de fevereiro e de junho na França (2012) e em nível europeu (2020), bem como o golpe de Luiz Bonaparte (2011 b) – está na crença de que as formas políticas e econômicas atuais são dotadas de eternidade. A conjunção da legislação e da constituição com tal cenário, por exemplo, leva a uma defesa condicional e manipulada da liberdade, como demonstrou Engels (2012), liberdade essa antes tomada por essencial à visão de mundo jurídica com a qual a burguesia derrota a nobreza e o clero. O ápice de um sistema jurídico, a constituição, expressa tal fato na medida em que, para dizer com Marx (2011 b, p. 43), “enquanto a denominação da liberdade foi respeitada e somente a execução efetiva desta foi impedida – pela via legal, bem entendido – a existência constitucional da liberdade permaneceu incólume, intocada, por mais que sua existência *ordinária* tenha sido suprimida”. Com a crise do sistema capitalista de produção, as ilusões constitucionais são recorrentes e a liberdade, a democracia, o Estado de Direito parecem sobreviver na medida mesma em que são amordaçados, comandados e obliterados pela prática econômica cotidiana. As constituições asseguram inúmeras liberdades. Essas últimas, porém, ora precisam de uma regulamentação legal, ora são inviabilizadas pela própria legislação e pelas decisões do poder judiciário. O reflexo do processo econômico apresentado acima é o que Lukács (2011, p. 391) denominou de “transformação [...] da democracia revolucionária em um liberalismo covarde e de compromisso, que flerta com qualquer ideologia reacionária”.

Nesse cenário, no plano político, assim como no da teoria, para dizer com Marx (1996 a, p. 135-136), “a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”. Há uma peculiaridade, porém: sendo possível se enveredar tanto para a revolução socialista quanto para a contrarrevolução, “já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não”. A burguesia, assim, brada contra o socialismo porque não consegue defender as próprias liberdades que proclamou e percebe o caráter precário das bases sobre as quais se assenta seu domínio. Desse modo, qualquer ação circunstancial que pareça afetar a ordem burguesa, como

ressaltou Marx (2011 b, p. 80) sobre a França de 1848, apresenta-se como um perigo: ao fim, “declara-se como socialista o liberalismo burguês, o Iluminismo burguês e até a reforma financeira burguesa.” No plano da teoria, até mesmo cantilenas piedosas como aquelas do liberalismo político burguês e do iluminismo são tachadas de socialistas.

Na prática política imediata, qualquer coisa que contraste com o domínio burguês faz com que o partido da ordem reivindique a defesa da pátria diante dos socialistas. Seja de modo a atacar a liberdade pessoal, direitos políticos básicos supostamente protegidos na constituição, seja de modo abertamente cínico, a sentença pronta e o espectro a ser invocado é o mesmo: socialismo! O socialismo aparece à espreita, portanto. E, pelo que vimos acima, isso possui uma dimensão dúplice: tanto decorre de potencialidades efetivamente presentes, que dependem das alavancas desenvolvidas no seio da própria produção burguesa, quanto a possibilidade do bloqueio cotidiano é uma opção.

Um capitalismo que sobrevive a si mesmo em meio a formas econômicas que superam o capitalismo dentro do capitalismo conforma aquilo que vivemos desde o século XIX. Consequentemente, o socialismo é uma opção. E, por essa razão, não é somente verbosagem dizer que aquilo que afete o domínio burguês possui relação (ainda que de modo algum se identifique) com o socialismo. Por outro lado, para que as potencialidades latentes na ordem burguesa levem ao modo de produção associado, são os trabalhadores e seus aliados que precisam reivindicar decididamente a palavra de ordem do socialismo.

Sem isso, não só as organizações dos trabalhadores veem-se realizando as funções que a burguesia não consegue mais exercer; os partidos, os sindicatos e diversas formas de organização – os movimentos sociais, por exemplo – passam a incorporar os imperativos do capital e procuram, não só ser seus próprios capitalistas, mas dar a tônica do domínio do capital que não mais pode ser civilizatório. Pelo que dissemos, esse é o percurso que leva à distopia, ao pesadelo e à proliferação do lixo ideológico que se torna cotidiano. Nesse sentido, um diagnóstico rápido de nosso tempo atesta que caminhamos rumo ao precipício a passos largos pois, se a extrema-direita é reativa e não possui perspectivas, ela sabe contra o que luta. A esquerda, por outro lado, não vem sendo capaz de se colocar sobre seus próprios pés. Ela nutre as ilusões políticas daqueles que, para derrotar a barbárie da extrema-direita, vêm procurando se afastar cada vez mais de um socialismo que efetivamente está à espreita. Ela busca preservar a superação do

capitalismo dentro do capitalismo com todas as forças e, claro, para dizer novamente com Marx (1986, p. 335), “em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente”. Se a esquerda nutre ilusões sobre o sistema existente e procura apresentar o pesadelo e a distopia como utopia, a extrema-direita não possui ilusões, ou perspectiva de futuro, mas não se nutre de uma mentira.

Se tais posicionamento sobre o capitalismo se mantiverem, a esquerda tende a ser esmagada, primeiro moral e depois fisicamente, pois as alternativas ao capitalismo que sobrevive a si mesmo são a revolução social ou a contrarrevolução permanente.

Nossas palavras são fortes e se baseiam somente em uma análise inicial das contradições mais basilares das leis imanes da produção capitalista. Com isso, investigamos somente um ponto de partida inafastável àqueles que vivem sob a égide da produção capitalista. Assim, não percorremos diferentes as peculiaridades de cada formação social capitalista; também não mobilizamos as teorizações posteriores a Marx ou apontamos as insuficiências do projeto socialista do século XX (e dessas teorias); a análise do estado da arte da crítica da economia política de nosso tempo está ausente em nosso texto; a história e a crítica necessária às organizações da classe trabalhadora como os sindicatos, os partidos e as diversas formas de movimentos sociais não figuram em nossa exposição. Em suma, elementos fundamentais para a crítica do presente não foram mobilizados. Por essa razão, somente descortinamos o básico para uma análise de um mundo dominado pelo capitalismo: as contradições desse modo de produção e o caráter dúplice delas. Se conseguimos iluminar minimamente questões do presente, damo-nos por satisfeitos, ainda que reconheçamos que os meandros do capitalismo que sobrevive a si mesmo sejam imensos e precisem ser investigados cuidadosa e coletivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring*. Trad. Nélio Schneideman. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. Márcio Naves e Livia Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2012.

FOSTER, Jonh Bellamy. The Communist Manifesto and the enveiroment. in Leo Panitch and Colin Leys. **The Socialist Register**. London: Merlin Press, 1998.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. Maria Elisa Cervasco. São Paulo: Ática, 1997.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Trad. Reinaldo Mestrinel. Sa o Paulo: Abril cultural, 1985.

HOLLOWAY, John. **Una leitura antiidentitária de El capital**. Buenos Aires: Herramienta, 2017.

LUKÁCS, György. **Escritos de Moscu: estúdios sobre literatura y política**. Trad. Martín Koval e Miguel Vedda. Buenos Aires, Gorla, 2011.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARX, Karl. **Luta de classes na França**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011 a.

MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana**. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: expressão popular, 2020.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011 b.

MARX, Karl. **O capital, livro I, tomo I**. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 a.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I, Volume II**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 b.

MARX, Karl. **O capital, livro III, tomo I**. Trad. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jukings. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheda. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BERNARDO, João. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Sociedades capitalistas tardias, o livro III de O capital e a dialética entre trabalho e as figuras econômicas concretas. In: **Revista de estudos organizacionais**, V. 6, N.1. Rio de Janeiro: UFF, 2019.